



DO TRIPALIUM AO TRABALHO

Uma ligeira caminhada pela maior façanha do homem em todos os tempos, que foi transformar a natureza bruta em meios úteis à vida

João Cândido de Oliveira

*Trabalho não mata ninguém,
o que mata é desgosto de
não poder fazer o se almeja fazer.*

A caminhada humana ao longo dos tempos, do mais remoto primitivismo ao momento atual, tem-se feito através do desenvolvimento cerebral e do trabalho. O desenvolvimento cerebral facultou ao homem intervir, por meio dos braços, na natureza bruta, extraíndo dela os recursos necessários à vida. Nos tempos mais remotos, essa tarefa consistia em caçar e pescar. A vida humana nessa fase era marcada pelo nomadismo e pela transumância. Não havia moradia fixa; o homem se arranchava normalmente em cavernas e migrava com frequência em busca de fontes de alimentos. A transumância foi certamente o fenômeno que possibilitou ao homem passar de caçador, nômade, para outra fase, intitulada coletora: ao lado da caça e da pesca, se servir de outras fontes de alimentos, como tubérculos, frutos silvestres e algumas espécies de leguminosas.

A princípio, esses alimentos eram simplesmente coletados na natureza, sem nenhuma outra intervenção que não fosse o ato de colhê-los. Essa tarefa era realizada habitualmente por crianças, velhos e mulheres em estado de gravidez avançada que não conseguiam acompanhar o “bando” nas migrações constantes, atrás dos rebanhos que lhes forneciam alimentos e vestimentas. Como essas criaturas abrigavam-se, via de regra, em cavernas próximas a cursos d’água, sementes e raízes presentes nos restos dos alimentos jogados à terra reproduziam-se naturalmente, proporcionando-lhes outra alternativa de obtenção de alimento e, conseqüentemente, de outro jeito de viver. Esse novo jeito de viver, com o passar do tempo, transformou-se no que veio posteriormente a ser nomeado como agricultura.

De coletor a agricultor, o homem assinalou uma passagem extraordinária na sua trajetória, não apenas porque passou a intervir de maneira singular na natureza para dela tirar seu sustento, plantando, cultivando e colhendo, mas principalmente por começar a imprimir à vida gregária as primeiras noções de organização, caracterizadas pelo rudimento da organização familiar. Nessa fase a reprodução humana já não se realizava mais de forma promíscua como antes: mãe com filho ou pai com filha. Essa mudança na ordem reprodutiva, além de consistir no primeiro marco de ordenamento da vida humana, contribuiu extraordinariamente para o aprimoramento da própria espécie. A riqueza dessa fase consistiu-se principalmente no marco inicial da divisão do trabalho, tendo sido decisivo o papel da mulher nesse empreendimento: ao lado das atividades domésticas de parir e cuidar da prole, ela também dedicava-se ao cultivo da terra. O homem, envolvido nas tarefas de caça, pesca e principalmente na lida com animais, somente conquistou papel de destaque nessa fase, tardiamente, com o advento da propriedade grupal.

Com o amadurecimento das práticas agrícolas, foram criadas as bases necessárias a uma nova experiência de vida – o pastoreio. E, por meio dele, o homem passou a dispor de animais não mais como fonte de alimento e de vestimenta apenas, mas também como meio de tração. O sedentarismo, fruto do cultivo e da fixação do homem à terra, liberou-o da transumância penosa, abrindo caminho à agropecuária (cultivo da terra e domesticação de animais), que o levou à passagem de uma vida nômade, promíscua e desordenada para uma forma de vida superior, fundamentada em alguns traços de organização, especialmente familiar.

O cultivo da terra e a domesticação de animais (*agru+pecus*) marcaram, sem dúvida, um dos estágios mais significativos da evolução humana, não apenas porque facilitou ao homem a obtenção dos meios necessários à vida, como alimento, vestimenta e a habitação, mas principalmente por ter proporcionado a produção de excedentes ao consumo corrente.

Quando o homem passou a produzir mais do que era necessário ao consumo diário e desenvolveu a ideia de guardar esse excedente para consumo posterior, dois fatos importantes surgiram desse expediente: as trocas e a noção de posse. Por meio das trocas, o intercâmbio entre grupos humanos diferentes tornou-se possível. A noção

de propriedade, a princípio grupal, depois privada, mudou radicalmente os paradigmas da vida humana.

O advento da propriedade privada, necessariamente, levou o homem a instituir outra forma de vida, assentada num modelo de organização mais avançada que lhe facultava o controle. A família monogâmica e o Estado, surgidos em decorrência dessas mudanças, passaram a dar sustentação a essa nova forma de ordenamento social. Com a família monogâmica, definiu-se a linhagem masculina e resolveu-se o problema da transferência de propriedades: a herança. O filho varão tornou-se o herdeiro dos bens e dos domínios do pai. Como anteriormente predominava a poliandria, para que o homem passasse a ter certeza de que o filho era mesmo seu, foi instituído o tabu da virgindade. A mulher, a partir de então, perdeu tudo o que havia conquistado, principalmente o poder materializado no modelo de organização matriarcal, passando à condição de doméstica e reprodutora de um único homem. Esse expediente resultou na supressão da poliandria.

Da propriedade privada ao escravismo foi apenas uma questão de tempo. Quando o homem se conscientizou de que a riqueza acumulada era oriunda da terra e de braços que a cultivavam, começou a poupar da morte os vencidos de guerra e a transformá-los em produtores de excedentes – os escravos – que, a princípio, produtores de bens, em pouco tempo transformaram-se em um deles, transacionados como qualquer outro bem de consumo.

O escravismo, a despeito da desumanidade que o caracterizou, na história da humanidade, foi por milhares de anos um sistema social que proporcionou ao homem, o desenvolvimento, além de técnicas avançadas de produção, toda a organização social, política e cultural que sustentou, sobretudo, a chamada era clássica. Assim, o homem conseguiu produzir, acumular e usufruir riquezas colossais e estratificar a sociedade em classes com papéis perfeitamente definidos. O estamento público da era escravista teve seus postulados assentados nesses princípios. A despeito das mazelas humanas e sociais do sistema, foi no seu decorrer que o homem se desenvolveu e usufruiu o esplendor de um conhecimento que, por sua solidez, conseguiu transpor as barreiras do tempo, consolidou culturas, definiu modelos de estados e de sociedades, chegando aos nossos dias preservados praticamente em todas as suas formas. Exemplos disso podem ser

observados nos traços da cultura grega e romano que conseguiram transpor a Idade Média e chegar ao mundo contemporâneo.

Também o feudalismo, que sucedeu ao escravismo, especialmente no mundo ocidental, por seu monoteísmo cristão, teve nele assentadas as suas bases políticas e filosóficas. A fase seguinte – o Renascimento – não foi diferente: a experimentação de novas formas de vida, com a conseqüente ruptura com o mundo medieval, terminou levando o homem renascentista, mundano, ao encontro da cultura clássica greco-romana, circunscrita, na época, aos mosteiros católicos. As grandes reformas que desaguaram no mercantilismo e posteriormente no capitalismo tiveram suas bases alicerçadas muito mais na cultura escravista greco-romana do que propriamente nas experiências feudatárias vividas na Idade Média. O homem renascentista, senhor de sua própria vida, identificava-se muito mais com os valores do classicismo greco-romano do que com o ascetismo medieval. E não poderia ser diferente, já que, por seus anseios de liberdade e de valorização da vida material, longe estava de ver a vida terrena como uma mera passagem para o Além, como apregoado pelo pensamento medieval. A resignação à pobreza, a submissão aos ditames do catolicismo – que acabava estabelecendo fronteiras para a vida terrena – não combinavam, de forma alguma, com o liberalismo do homem renascentista. O objetivo maior do movimento renascentista era à volta ao homem. Era tornar o homem centro do Universo.

Interessante é observar que essa trajetória não se deu por outro meio que não fosse o trabalho. A história humana é essencialmente a história do trabalho. Por meio dele, o homem construiu e constrói não apenas os bens que sustentam as bases da vida material, em épocas distintas – como no primitivismo, na idade antiga, no período medieval e na era moderna – mas ainda toda a sua estrutura econômica, política, social, religiosa e cultural. É impossível imaginar qualquer manifestação da vida humana que não seja expressão do trabalho. O gesto de construir coisas é precisamente o mesmo gesto de construir a vida em todas as suas formas e dimensões. O homem é o que conseguiu fazer e faz. E o trabalho sempre foi e continuará sendo a medida de todas as coisas.¹ Evidentemente que o jeito de ver e

¹ O conceito de trabalho, aqui empregado, não se restringe ao trabalho manual, mas a todas as atividades humanas, que de uma maneira ou de outra, contribuem para construção e manutenção da vida humana.

de interpretar o mundo pode ser desenvolvido à margem do mundo do trabalho construtivo, como fizeram os gregos e os romanos antigos, por exemplo. Já a evolução da ciência e das artes mecânicas, postas a serviço da vida, não há como se realizar por outras vias que não seja o trabalho construtivo, transformador.

No entanto, é importante ressaltar que os conceitos, práticas e valores – morais ou éticos – que hoje permeiam o mundo do trabalho, não foram sempre os que conhecemos. A história do trabalho é marcada por lances que vão da opressão à liberdade, da dor à alegria, da crueldade ao mais alto gesto de grandeza, da barbárie à mais requintada expressão de civilidade. Foi assim que o homem se fez e se fará pela vida afora. Interessante é ter noção, ainda que superficial, dos passos que marcaram essa trajetória ao longo dos tempos.

Para aquelas pessoas afeitas ao cotidiano de atividades, notadamente práticas, refletir sobre o caráter do trabalho, seu valor ético e moral, e, sobretudo de estabelecer nexos entre o ato de trabalhar e o próprio sentido da vida pode parecer um exercício monótono, penoso, de pouca serventia. Acontece, porém, que, no mundo moderno, é praticamente impossível imaginar qualquer forma de vida sem antes pensar sobre o mundo do trabalho no seu sentido amplo. O trabalho, na atualidade, não é apenas o meio pelo qual o homem sustenta as bases materiais da vida; é antes o principal instrumento de inserção do próprio indivíduo no convívio social. É impossível imaginar a vida sem trabalho, qualquer que seja o trabalho. Mas, ao mesmo tempo, é também impossível imaginar o mundo do trabalho desprovido de sentido humano. O trabalho é, sem dúvida, a essência da vida; não há como viver sem ele. É nele ou através dele que o ser humano se projeta e se realiza em todos os sentidos.

No entanto, em que pese seu valor, independentemente das condições materiais em que o trabalho se concretize, algumas dificuldades de ordem prática, intrínsecas ao seu sentido, são ainda mal resolvidas em nossa cultura. Trata-se do dualismo: conceber e fazer. Essa visão dualística do trabalho – que separa concepção de realização – não é nova e está arraigada em nossa cultura por meio de raízes históricas que remontam aos primórdios da civilização ocidental, especialmente a greco-romana.

A tese que qualifica o trabalho manual como indigno do homem livre foi própria da aristocracia guerreira dórica, que, conquistando a Grécia, impôs aos vencidos aqueus o jugo do trabalho escravo nas terras conquistadas.²

Os gregos antigos, os pensadores anteriores e posteriores a Platão e Aristóteles, com raras exceções, concebiam a realidade do homem e sua relação com a natureza sob duas premissas distintas: de um lado, o pensamento intuitivo, cognitivo, considerado superior, imune à matéria, que, por meio da contemplação, conduzia o homem aos estados elevados, à perfeição, ao Olimpo; de outro, o pensamento comum, discursivo, inferior e contaminado pela matéria, tido como impuro, que se traduzia no trabalho manual.

O trabalho prático era considerado inferior, já que subordinava o homem à matéria, confundindo-o com ela e impedindo-o de dispor de si mesmo. Xenofonte afirma enfaticamente: *“O trabalho é retribuição da dor mediante a qual os deuses nos vendem os bens”*. Bataglia, com a agudeza que lhe é peculiar em relação ao pensamento grego, esclarece:

“Os homens livres devem desprezar o trabalho, elevando-se deste modo aos deuses enquanto contemplam e gozam. A produção das coisas materiais da vida é confiada aos seres não livres, abjetos, aos escravos. O homem livre que trabalha se avilta, perde a liberdade. O exercício da política e das armas é vocação do homem livre: magistrado ou soldado deve servir à pátria; portanto, se deseja, pode elevar-se à ciência desinteressada e penetrar a essência e o destino seu e do mundo, ou ser pensador ou homem religioso. Mas, de qualquer modo, jamais deve ser trabalhador, pois sua dedicação às coisas, ao que está fora da essência humana, é subalterna e deve deixar-se a seres não livres, ao operário e ao escravo”.³

Esse postulado deriva-se do próprio pensamento grego da época. Numa outra passagem significativa Bataglia acrescenta:

“A filosofia grega é essencialmente objetivista e dualista (pressupõe o objeto ou natureza, as coisas, além do sujeito, pensamento ou intelecto), mas ao mesmo tempo intelectualística, pois postula o primado do intelecto sobre as coisas, às quais deve dar sentido, dominando-as. Mas o verdadeiro pensamento, tendo esta finalidade prática, deve retrair-se para si mesmo para purificar-se e, nesta purificação, realizar-se o divino: um ideal de imobilidade

² BATAGLIA, F. **Filosofia do trabalho**.

³ BATAGLIA, F. **Filosofia do trabalho**.

pelo qual o pensamento se contempla a si mesmo e, mais intuitivo que discursivo, atinge a essência. Além da dialética de uma oposição entre matéria e pensamento, entre objeto e sujeito, aspira-se a uma unidade do sujeito consigo mesmo, a uma intuição pela qual o sujeito se eleve a pensamento absoluto, ato puro, Deus”.⁴

Daí aspirar-se a um conhecimento sem mediação, a um pensamento intuitivo que não exigisse trabalho, reivindicando-se para o homem o que se pensava ser de Deus. Ser semelhante a Deus, na participação de um comum processo de vida, no conhecimento que seja contemplação e gozo, criação e atualidade era o ideal do homem livre. A dificuldade dos gregos no trato com o mundo concreto e, nesse particular, com o trabalho manual, chegava mesmo aos extremos. Zenão de Eleia, mais francamente, afirmou que *“as artes mecânicas, pelo mero fato de cooperarem na construção dos templos, os profanam”*.

Oposta ao espírito, à contemplação, a matéria era considerada impura, pois o contato com a realidade material impedia o homem de, por meio da introspecção, atingir aos estados elevados de consciência que o aproximavam da perfeição máxima, portanto dos deuses – que, em última instância, constituíam a sua própria projeção.

Lidar com a matéria era negar a possibilidade de contemplação e de perfeição, objetivos maiores da vida do homem na terra. Percebia-se essa preocupação nos diversos comportamentos: o esporte tinha por máxima a *“mente sã num corpo sadio”*; as artes, a filosofia e as ciências, todas intuitivas, buscavam elevar o homem ao reino do Olimpo. Nada de retratá-lo enquanto ser que trabalha, que luta contra a natureza para dela tirar seu sustento. Sendo o ideal de beleza, perfeição e gozo do absoluto obtido por meio do ócio contemplativo, o ato de trabalhar – transformar a matéria bruta em coisas úteis à vida – embora necessário, não era visto como atividade nobre. Pelo contrário, seu exercício definia uma categoria social inferior: a dos trabalhadores e a dos escravos.

Os romanos, na esteira da filosofia grega, determinavam sua estrutura social, colocando, de um lado, os que trabalhavam; de outro, os que pensavam, administravam e guerreavam – os homens livres, os cidadãos. Cícero afirmava que *“nada bom e honorável pode sair de uma oficina”* e que *“os comerciantes não podem*

⁴ BATAGLIA, F. **Filosofia do trabalho**.

vender sem mentir”. De maneira idêntica, Sêneca, ele que tanto ultrapassa o seu tempo, a tal ponto que pôde parecer um cristão, diz que “as artes mecânicas são coisas de escravos”. O ideal era o homem independente - contemplativo. Na visão superior de si mesmo e das coisas, no saber que é Ciência, o homem emancipava-se do que era natureza e gozava livremente. Nesse particular, não houve diferença entre gregos e romanos. Para eles, o trabalho manual estava relegado às artes vis e era o peso da fadiga; por isso, condenado, indigno da essência humana, da liberdade. Quando, por alguma fatalidade, como por exemplo, ocorrência de guerra ou catástrofe natural, o homem livre-cidadão era convocado ao trabalho de natureza manual ele o exercia sem constrangimento. Contudo, não permitia em troca qualquer espécie de compensação material a fim de não se igualar aos demais trabalhadores. No lugar da remuneração, eram-lhe prestadas homenagens, honrarias, derivando-se desse expediente a palavra honorário – pagamento por trabalho especializado, geralmente intelectual, prestado especialmente por profissionais autônomos de formação superior.

A palavra trabalho, oriunda do latim *tripalium* – que denominava um instrumento de três peças, a princípio utilizado na agricultura, depois para a sujeição de animais e posteriormente de trabalhadores escravos – consolidou a ideia do trabalho como sofrimento, danação, expiação, tortura e sujeição. Interessante observar é que o *tripalium* é tido, pela maioria dos historiadores que se dedicaram ao estudo do trabalho, como a primeira “escola” formal de preparação para o seu efetivo exercício. Submetiam-se ao *tripalium*, primeiramente os vencidos de guerras; depois, seu emprego estendeu-se também aos devedores inadimplentes.

Em Roma antiga, se um cidadão contraísse uma dívida e não a quitasse, o credor, em última instância, poderia apelar a um pretor, requerendo a cassação da cidadania do devedor. Perdida a cidadania, o inadimplente era automaticamente declarado escravo, dele se apoderando o credor como meio de ressarcimento da dívida. Como o ex-cidadão não tinha familiaridade com qualquer tipo de trabalho manual, por ser esse exercido somente por trabalhadores e escravos, era necessário prepará-lo para tal mister.⁵ A escola era o *tripalium*. A primeira lição recebida pelo “neófito” era uma espécie de “rompimento”, que consistia no ato

⁵ Presume-se que a preparação de escravos, na sociedade romana, era realizada por entidades especializadas, organizadas com essa finalidade.

simbólico de matar o cidadão e de fazer nascer, nele, o escravo. Não se sabe se por vingança, se por crueldade pura e simples, ou ainda por ser a sexualidade ativa consumidora de energias que deveriam ser empregadas no trabalho, esse simbolismo era marcado pela castração física, realizada, a princípio, por ato “cirúrgico”: extirpação dos testículos.⁶ Como a mortalidade dos castrados era alta, provavelmente em decorrência de hemorragias e/ou infecções, a opção foi a castração por macete, operação que consistia no esmagamento dos testículos mediante traumatismo. A segunda lição impingida ao neófito era a doma, que consistia em sujeição mediante tortura. Uma vez domado, o iniciado era considerado “pronto” e marcado a ferro quente com os caracteres do dono. A marca representava para o novo escravo a morte total do cidadão que ele fora um dia e o nascimento de um trabalhador. Ela indicava, com clareza, seu novo papel – de possuidor a possuído, de contemplativo a submisso a natureza, de cidadão a animal, como eram considerados os escravos, pelos seus donos – a aristocracia romana. A marca a ferro quente, ao lado da indicação de posse, é talvez a primeira experiência concreta no campo da certificação da aprendizagem. Ela representa de certa forma, o que se conhece, hoje, com o nome de diploma que consiste na certificação formal conferida a quem conclui um curso regular.

Vale ressaltar que a marca a ferro quente impressa em escravos de origem nobre, rebaixados especialmente por dívidas e/ou guerras, era normalmente feita em local visível. Essa identificação representava um peso a mais, uma vez que, não mais desfrutando da condição de cidadãos, tampouco eram acolhidos pelos demais escravos de outras origens, que os viam como os opressores de outrora. Nesse sentido, a anulação era total; restava-lhes apenas o corpo, que seria desgastado rapidamente pelo trabalho pesado, pela humilhação e pela dor de não ser mais o que fora, de ser o que não era e de ter de ser a negação de si mesmo. O escravo de origem nobre era uma espécie de ser no não-ser. O rebaixamento ia além da condição humana, transcendia à condição de ser – não era nada, aliás, era sim, um morto vivo.

O trabalho – como sinônimo de castração, ao lado de sofrimento, danação e tortura é explicado provavelmente, por essa prática de rebaixamento de homens livres à

⁶ A clitoridectomia, outra prática bisonha e cruel, é ainda hoje praticada em algumas culturas, especialmente na África e Oriente Médio.

condição de escravos, motivado por guerras e/ou por dívidas. O costume dos povos de origem latina, do mesmo modo, de castrar animais domésticos, como boi, burro, jumento e o cavalo, por exemplo, para auxílio do homem no trabalho, não deixa de ser uma reminiscência da prática romana da castração humana.

Assim, de um lado, o trabalho relacionava-se, em sua origem filosófica, ao rebaixamento humano, porque ligava o indivíduo à matéria; de outro, ao sofrimento e à tortura por meio da “*escola de preparação*”, o “*tripalium*”. O conceito de trabalho manual, então, foi sendo introjetado e consolidado ao longo do tempo como algo que humilha, rebaixa, desclassifica o homem, caracterizando-o como ser inferior na ordem social.

A imagem que a cultura greco-romana construiu do trabalho ora tem suas origens na concepção teológica do mundo ocidental, ora é consequência dela. Já para os hebreus, baseado no mito de Adão e Eva, o trabalho foi entendido como consequência do pecado e como forma de expiá-lo. Antes do pecado, o homem vivia no paraíso, onde a terra era dadivosa e lhe oferecia os meios necessários à vida sem esforço, sem suor e sem fadiga. O homem foi condenado a trabalhar porque devia expiar o pecado original, aquele que Adão e Eva cometeram no paraíso terrestre.

O trabalho é pena, não sem motivos, mas motivada porque correspondente a um ato específico: o pecado. Nessa correspondência está seu valor de expiação, por meio da qual se resgata, num plano natural, o bem que se havia perdido diante de Deus: a dignidade. Essa perda está expressa em Gênesis:

*“Porque escutaste a voz de tua mulher e comeste da árvore de que ordenei que não comesses; maldita é a terra por tua causa: em fadiga tirarás dela o sustento todos os dias da tua vida. Ela te produzirá também espinho e abrolhos, e comerás as ervas do campo. No suor do teu rosto comerás o teu pão, até que te tornes à terra, pois dela foste tomado: porquanto tu és pó e em pó tu hás de tornar”.*⁷

De outra feita, o cristianismo, em sua fase primitiva, introduziu outros conceitos em relação ao trabalho, os quais, embora limitados, são importantes por seu significado. A tese paulina, por exemplo, foi assentada na premissa de que “*todos têm que trabalhar para prover o seu sustento*”. “*Ninguém pode comer o pão do outro*” –

⁷ GÊN. III, 17–19.

concepção que contrariou profundamente todo o princípio da organização social e moral dos gregos e principalmente dos romanos de sua época.

Do universalismo monoteísta sustentado pelos cristãos, que contrariava o regionalismo politeísta romano, a tese de igualdade talvez tenha sido a que mais provocou a ira das oligarquias romanas. Estratificada e hierarquizada como era a sociedade romana, a pregação de igualdade não deixava de soar como uma subversão da ordem instituída. Era certamente vista e entendida como ameaça, devendo, por isso, ser combatida com rigor. Daí as condenações ao sacrifício na cruz e às arenas de leões. *“Cruzes aos cristãos”* era o lema dos cidadãos romanos quando o cristianismo, por obra de Paulo de Tarso, transpôs as muralhas de Roma. Os mártires do cristianismo, na sua grande maioria, foram supliciados não por ameaçarem o poder das divindades pagãs com a idéia de um Deus único, universal, mas por exporem a sociedade romana ao risco de desagregação com suas teses de igualdade e justiça e principalmente da universalização do trabalho.

Fundamentado no dualismo aristotélico de matéria e espírito, o Apóstolo Paulo conclamava seus ouvintes a trabalhar *“o suficiente para viver”* e reservar parte considerável do tempo para a contemplação do Senhor. A moral paulina, a despeito da extraordinária contribuição ao conceito e valorização do trabalho, terminou por defini-lo como *“mal necessário”*. Trabalhar era obrigatório porque era necessário suprir as bases materiais da vida; não era justo comer o pão alheio. Ele, Paulo, havia dado esse exemplo. Todavia, o verdadeiro sentido da vida consistia na contemplação do Senhor. A fala de Paulo, como a dos demais apóstolos, não estava fundamentada na moral do trabalho, na sua defesa como base da dignidade humana; pelo contrário, sendo o trabalho o principal meio de ligação do homem com a matéria, seu exercício deveria restringir-se ao absolutamente necessário. O trabalho produz riqueza e a riqueza material se opõe à riqueza espiritual, à pureza do coração, como expressava Matheus:

“Não juntais para vós tesouros na terra, onde a traça e a ferrugem os consomem, e onde os ladrões penetram e roubam, mas ajuntais para vós tesouros no céu, onde nem a traça nem a ferrugem os consomem, e onde os ladrões não penetram nem roubam, porque onde está o teu tesouro, aí estará também o teu coração”.

“Por que valorizar o trabalho nesta terra, na qual só estamos de passagem, cidadãos de outro mundo que nos espera? Por que desgastar-nos na dura ação quando Deus provê a nossa sorte, a nossa destinação?”⁸

Essa é a grande pergunta que Mateus propõe à consciência dos novos prosélitos:

“Que aproveitará o homem, se ganhar o mundo inteiro e perder a sua vida? Ou que dará o homem em troca de sua vida?”

“Crendo em Deus onipotente, no reino próximo a vir, fica implicitamente desvalorizado todo o mundano, não só os Estados, mas também a economia individual, o trabalho, a empresa, a riqueza, a poupança. Cristo multiplica os peixes e os pães, aumenta-nos o vinho, ressuscita os mortos e cura os parálíticos; não há nada que não dê aos que acreditam, tanto a saúde como os bens terrenos. O que importa é a fé, não o trabalho; o amor e a caridade, não o desfrutar os outros ou a acumulação de bens”.⁹

Acumular bens e fortunas, resultantes do trabalho, era algo que significava retorno ao conceito escravizante da matéria – aumentava a distância entre Deus e o homem. *“Bem-aventurados os pobres, os humildes e os mansos porque terão o reino dos céus”*. A pobreza, vista como virtude, aliada ao trabalho – sinônimo de sofrimento e danação, conforme os romanos, e de subjugação, como propalado pelo dualismo espírito/matéria dos gregos – fazia dele, no mundo antigo, se não algo condenável, pelo menos algo de menor valor.

No decurso da Idade Média, com o surgimento das seitas rotuladas pelas alas conservadoras da Igreja como heréticas, que pulularam pela Europa inteira, o trabalho ganha certa importância, passando a ser exercido por religiosos mediante a fiel observância aos preceitos paulinos. O provimento da própria subsistência era observado com rigor; contudo, a oposição à riqueza continuou tendo caráter dogmático. O trabalho era necessário na medida em que, por meio dele, se assegurava o sustento do indispensável. Era preciso contentar-se com pouco, repelir o supérfluo, e para esse pouco que bastasse, para não se deixar morrer à míngua,

⁸ Matth.VI, 19–21; Luc. XII, 33–34.

⁹ BATAGLIA, F. **Filosofia do trabalho**. Baseado nos textos bíblicos escritos nos primórdios do cristianismo.

necessitava-se do trabalho, tanto mais quanto este mortificasse a carne e cerceasse qualquer exaltação. Tomás de Aquino (1225–1274), nesse particular, era enfático:

*“Quem deseja possuir mais que o necessário peca, porque alimenta o espírito de ambição, turba a ordem social, prejudicando as necessidades alheias. Além das próprias necessidades, o cristão há de prover as do pobre”.*¹⁰

Ao lado da censura à acumulação, ainda que proveniente do trabalho duro, Tomás de Aquino condenava veementemente a usura manifesta no empréstimo a juros, riqueza que, segundo ele, derivava do nada, sendo, por isso, abominável. Apregoava a remuneração do trabalho ao limite mínimo da subsistência do trabalhador e sua família – limite mínimo de subsistência, convém ressaltar. O excedente a essa condição era desnecessário e não recomendável. Na manutenção da vida material, o mínimo para não passar fome era o razoável, era o justo. É importante ressaltar que Tomás de Aquino nasceu e viveu em plena Idade Média e esse era o pensamento corrente daquele momento histórico.

A partir da consolidação dos princípios, inerentes ao trabalho, definidos pelos gregos e romanos, séculos se passaram. Desmoronou-se o mundo antigo, veio a Idade Média e os valores éticos e morais inerentes ao trabalho não sofreram grandes alterações, a despeito da expansão e importância do cristianismo, sobretudo na Europa.

Os movimentos de reformas ocorridos na Europa a partir do século XIII, ampliados nos séculos XIV, XV e XVI – movimentos que ficaram conhecidos como Renascimento – provocaram transformações de base em todas as esferas da vida humana, com repercussões profundas nos conceitos e valores éticos e morais do trabalho. O trabalho, revisto e revalorizado pela doutrina luterano-calvinista, acabou por possibilitar o surgimento de técnicas mais avançadas de produção, as quais, incorporadas aos processos produtivos, culminaram na sua radical transformação. Produzindo, de maneira diferente, em escala ampliada, produtos diversificados, ao consumi-los, os homens iriam também pensar de maneira diferente. A nova visão de mundo ocasionou um viver diferente e essa nova forma de vida teve suas bases assentadas solidamente no trabalho. O homem, sobretudo por meio do trabalho, passou a ser o centro do Universo, como apregoavam a maioria dos pensadores

¹⁰ ***De regimine principum I, 14***, extraído de F. Bataglia – *Filosofia do Trabalho*.

renascentistas. Quem melhor o retratou nessa extraordinária passagem foi Giovanni Pico della Mirandola (1463–1494):

*“Tu, por nenhuma cadeia oprimida, à mercê do teu arbítrio, sob cujo poder te coloquei, prefixar-te-ás a natureza que quiseres... Não te fiz celeste ou terreno, mortal ou imortal, mas tu, árbitro e formador e vencedor de ti mesmo, tu te darás a forma que quiseres. Poderás decair, degenerado, nos brutos que são a ti inferiores. Poderás, se quiseres, transfigurar-te e regenerar-te tu mesmo, apenas por decisão da tua alma, naquelas realidades superiores que são realidades divinas”.*¹¹

Pico della Mirandola reverencia a criatividade do homem, expressa como valor supremo, o jeito livre de viver. E o que diferenciava a maneira de viver renascentista do ascetismo medieval foi o acesso a uma série de bens de consumo, resultante do trabalho criativo. Desses bens de consumo o que produziu impacto arrasador, foi à disseminação da leitura facilitada pela invenção de Johannes Gutenberg (1398–1468). Gutenberg, com a invenção da imprensa, não sinaliza apenas a derrocada de uma era de obscurantismo – a Idade Média –, mas abre cominhos para um mundo novo. Mundo onde a leitura deixa de ser privilégio, sobretudo das ordens religiosas.

Para os ideólogos da Reforma Protestante, o trabalho não era visto apenas como punição pelo pecado original, mas também como oportunidade oferecida por Deus ao homem para que ele pudesse não só dar continuidade à vida, mas, sobretudo encontrar um novo significado para a sua existência. A partir desse princípio, apregoaram os reformistas que o trabalho deveria ser exercido em nome de Deus e para a Sua glória. O ato de trabalhar, portanto, não se reduzia apenas a pagar pecados ou ainda a suprir minimamente as bases da vida material, como apregoava Tomáz de Aquino. Era antes, o meio pelo qual o homem resgatava a dignidade perdida diante do Criador, a sua própria dignidade de homem, jamais conquistada por outras vias. Assim, trabalhar traduzia-se num ato de fé, de esperança ativa e, conseqüentemente, de amor.¹² Trabalhar era uma forma de agradar a Deus, de obter Sua graça e de ter as esperanças renovadas. O ócio e a preguiça eram obras do demônio; quem os cultivava ofendia a Deus e O desmerecia, não sendo digno de Sua graça.

¹¹ BATÁGLIA, F. **Filosofia do trabalho**.

¹² “Esperança ativa” é a crença que se alicerça em ações concretas calcadas no esforço, na determinação e na luta incessante. Diferente da esperança assentada na quietude, na fé passiva.

Outro aspecto crucial resgatado pelos dois reformadores religiosos, Lutero e Calvino, foi o destino conferido ao fruto do trabalho: a riqueza. A Igreja Católica, assentada nas doutrinas antigas, sempre vira a riqueza material com indiferença e até mesmo com certa suspeição. Lutero e Calvino, ao contrário, sustentavam que, sendo a riqueza oriunda do trabalho e este entendido como vontade e desígnio de Deus, não havia por que desmerecê-la e abominá-la. Ela era não só justa, mas, antes de tudo, legítima. Mesmo sendo rico, em função da maneira como fazia uso de sua riqueza, o homem poderia perfeitamente se salvar. O importante era dar uma destinação justa e ética à riqueza e não abominá-la. A riqueza em si não consistia em nenhum impeditivo à salvação; ao contrário, era justamente a pobreza que apontava para essa direção. A pobreza, na visão dos reformistas, era o principal indicativo de que o homem não fizera por merecer, não fora digno da graça de Deus. Na visão, ainda que não objetiva, dos reformadores a pobreza se constituía num redutor da vida humana, não apenas nos seus aspectos materiais, mas empobrecia e fazia definhar o espírito, dificultando a conquista de estados mais elevados da alma. Se a luta diária estava circunscrita aos limites da sobrevivência material, certamente, as coisas do espírito não poderiam ter dimensões diferentes. Os reformadores sabiam disso e orientaram sua pregação religiosa no sentido contrário à da Igreja Católica. Sabiam que somente a submissão do homem ao trabalho duro e disciplinado poderia reverter à pobreza que marcou profundamente a vida humana, especialmente na Idade Média. Ademais, alguns princípios da Reforma, na esfera social, preconizavam que a utilização da riqueza na geração de mais trabalho e mais riqueza não só a legitimavam, mas faziam dela uma mola propulsora para o desenvolvimento econômico e social. Ao se empenhar no resgate do sentido do trabalho, colocando-o como meio de se obter uma vida digna, os reformadores, especialmente Calvino, sedimentaram os alicerces do Renascimento no campo social.

Calvino e seus seguidores apregoavam que o homem, no que tange aos aspectos sociais, não poderia viver à margem dos deveres, que, uma vez rigorosamente observados, facultavam-lhe a obtenção daquilo que convencionalmente se entendia por direitos. Não conseguiam entender nenhum princípio de direito que não emanasse do cumprimento de deveres. Conveniente, na opinião dos calvinistas era que as pessoas estivessem atentas ao fiel cumprimento de seus deveres, visto que

direitos decorriam desse princípio. Calvino, especialmente, afirmava que a convivência humana é traduzida em atos de reciprocidade, o que implica trocas permanentes. O dever caracterizaria o princípio da doação, do desprendimento; o direito, ao contrário, o do receber, do “*venha a nós*”. Não se estimulando as pessoas ao engajamento participativo, ao esforço, o que normalmente implica sacrifício, à observância aos deveres, elas certamente iriam preferir a quietude do direito. Mas, para se receber algo de alguém ou da sociedade, certamente, seria necessário que alguém doasse (no sentido de produzir) alguma coisa em primeira mão, porque do nada só se pode extrair o nada.¹³

Entre os deveres preconizados por Calvino, além das questões religiosas, o mais importante era, sem dúvida, o do trabalho. Chegava mesmo a pregar, em certas ocasiões, parafraseando o Apóstolo Paulo, que aquele que não trabalhava não fazia jus nem mesmo à comida. Na mesma linha de raciocínio, Calvino alertava os tomadores do trabalho alheio no sentido de remunerar, de maneira justa, o seu trabalhador para que ele, ao final da vida, pudesse ter o testemunho de que fizera por merecer a graça de Deus. Dessa maneira, o tomador de trabalho alheio estaria contribuindo para a construção de uma sociedade oposta à medieval.

A exploração vil do trabalho alheio, para Calvino e seus seguidores, era tão pecaminosa ou imoral quanto o ócio ou o desamor a Deus. Direito e dever, na visão calvinista, são faces da mesma moeda. Um não existe sem o outro. O resgate do direito estaria consubstanciado ao sagrado princípio do cumprimento do dever. Na saga da Reforma, a figura do dever se sobrepõe à do direito em todos os sentidos. “*Só se tem direito quando se cumprem deveres*”.¹⁴ A moral e o rigor da disciplina preconizada por Calvino tiveram suas bases assentadas nesse postulado.

Outro princípio enfaticamente difundido por Calvino, era a observância da ordem e a defesa do patrimônio público. Mostrava-se totalmente intolerante ao ócio, à corrupção, à esperteza, à subtração de bens públicos e sua utilização para finalidades individuais. Valorizava ao extremo as verdades contidas na Bíblia e recomendava a todos o aprendizado da leitura para que tivessem acesso às

¹³ As políticas populistas distributivas, desprovidas de ações de inclusão social por meio do trabalho, implementadas em alguns países, inclusive no Brasil, especialmente na passagem do Século XX para o Século XXI, confirmam as teses calvinistas.

¹⁴ CALVINO, J. **Sermões**.

palavras contidas no Evangelho. Posteriormente, transformaria essa recomendação em ordem: *“Todos estavam obrigados a aprender a ler para ler a Bíblia”*. Com isso, Calvino contribuiu enormemente para a erradicação do analfabetismo, considerado por ele, ao lado da pobreza extrema uma ofensa a Deus.

Outra mudança introduzida pelos reformadores, de alcance extraordinário, foi na celebração dos ritos religiosos: todo ato litúrgico deveria ser celebrado no idioma próprio de cada povo ou nação, ao contrário da Igreja Católica, que adotou o latim como língua oficial e universal das vivências religiosas. Essa prática acabou por refletir-se na valorização da educação e das vivências sociais como formas poderosas de enriquecimento dos indivíduos e da sociedade. Alfabetizar a população para ter acesso ao Evangelho foi, sem sombra de dúvida, de todas as mudanças introduzidas pela Reforma, a mais poderosa. Sem ela, associada à valorização do trabalho, certamente teria sido difícil ou mesmo impossível a obtenção das conquistas econômicas, sociais e, sobretudo, morais que a Reforma terminou proporcionando ao desenvolvimento de uma parte considerável da Europa e posteriormente do Novo Mundo. Pena que Gutenberg não tenha vivido o suficiente para testemunhar o alcance do seu invento na consolidação da Reforma e o que dela decorreu, em todos os sentidos.

As reformas luterano-calvinistas, que não eram apenas religiosas, mas também sociais, econômicas e políticas, alastraram-se pela Europa como rastilho de pólvora. Parte considerável dos povos europeus, cansados de viver submissos aos princípios impostos pelo catolicismo medieval, aderiu a elas, facilitando sua expansão e consolidação. De outra feita, a Igreja Católica, na tentativa de conter o movimento reformista e preservar seus interesses, na Contra-Reforma, aliou-se aos reis católicos, especialmente espanhóis e portugueses, aprimorando a Inquisição e impedindo que essas idéias tivessem na Península Ibérica a mesma desenvoltura alcançada nos Países Baixos, na Suécia, Suíça, Alemanha e posteriormente na Grã-Bretanha. As ideias desenvolvidas por Martin Lutero e João Calvin, na Contra-Reforma, foram igualadas à bruxaria, à heresia, ao judaísmo e outros “desvios” de igual teor e punidos pela inquisição, com tortura, garrote vil, escalpo, fogueira e outras penas não menos aviltantes: o sequestro dos bens dos acusados, não importando qual tenha sido a sua origem. Porém, nada disso impediu que o luteranismo-calvinismo se espalhasse como um rastilho de pólvora por diversas regiões da

Europa. Depois da Reforma, a despeito dos horrores da inquisição, a Europa não era mais a mesma. Os homens passaram a pensar, a ter atitudes diferentes e principalmente a viver de maneira diferente. O Renascimento, no que tange ao jeito de ver o mundo, especialmente nas relações de negócios, estava consolidado. Era o alvorecer de uma nova era. Era esta profundamente influenciada pela materialidade consubstanciada nas relações de negócio; enfim, pelos princípios, que mais tarde, seriam identificados com o que se convencionou chamar de capitalismo. A riqueza não era mais vista como pecado. O homem rico – o mercador, o produtor, o banqueiro ou ligado a qualquer outra atividade econômica – não precisava mais se apouquentar com os temores do inferno somente por ser rico. As atividades econômicas floresceram, as técnicas de produção se aprimoraram, o capital acumulou-se e a Europa não mais se manteve adstrita às suas fronteiras. Era o limiar dos novos tempos. Tempos de expansão econômica, de um jeito novo de pensar, de agir e de conquistas de novos mundos.

O capitalismo, na opinião de muitos de seus teóricos, entre eles Max Weber, nasceu, ou pelo menos se definiu como tal, com a Reforma Protestante. O incremento dos negócios, por meio de empreendimentos econômicos com feições empresariais, somente foi possível com a acumulação de capital e mediante sua aplicação nas próprias atividades econômicas. Evidentemente, não se pode também deixar de ressaltar o caráter da exploração do homem pelo homem, que ganha novos contornos.

O nascimento do patronato, da burguesia e da classe trabalhadora – os proletários – com o que se segue em termos de exploração da força de trabalho são fatos inquestionáveis e sobejamente estudados por Karl Marx e seus discípulos a partir do século XIX. A concentração de riquezas de um lado, e de outro, as enormes massas de empobrecidos não são fenômenos peculiares do sistema capitalista como o conhecemos; eles existem desde os primórdios do advento da propriedade privada e do Estado. Todavia, sem sombra de dúvida, foi a partir da expansão do capitalismo que eles se intensificaram e se afiguraram como os conhecemos. De qualquer forma, não fosse a revolução nas relações de negócios que o Renascimento propiciou, a Revolução Industrial, consolidada nos séculos XVIII e XIX, não teria sido possível. E, certamente, o homem não teria construído os modelos de produção e de sociedade surgidos a partir de então. Se o capitalismo trouxe, na sua essência,

mazelas, exploração da força de trabalho, trouxe, da mesma maneira, ou mais ainda, enormes benefícios a humanidade.

A expansão européia, assim como a conquista da América e sua ocupação ocorreram precisamente no momento em que esses movimentos se espalhavam pela Europa. Aliás, a ocupação principalmente da América do Norte, em muitos aspectos, deveu-se aos desdobramentos da Reforma Protestante na Europa.

A colonização americana, iniciada a partir de 1500, definiu-se pelo ocorrido na Europa, notadamente na Inglaterra. O norte da América foi ocupado e colonizado pelos ingleses de larga influência luterano-calvinista e, conseqüentemente, capitalistas. Enquanto isso, as Américas Central e do Sul eram ocupadas pelos espanhóis e portugueses, que nos trouxeram a velha Europa feudal católica.

Os portugueses, distantes da reforma capitalista em marcha na época, na colonização do Brasil, adotaram como princípio econômico o modelo escravista de produção, parcialmente abolido no mundo ocidental desde a queda do Império Romano. Os conceitos de trabalho, riqueza e organização social, resgatados, sob o manto da Reforma, não conseguiram chegar ao Brasil, em nenhuma de suas formas ou princípios, a não ser muito tardiamente: final do século XIX. Predominou entre os povos ibéricos, especialmente portugueses, o modelo feudal de organização sócio-político-econômico-religiosa, que a Europa Luterana Calvinista não comportava nem aceitava mais. Para melhor juízo do acima exposto, nossa sugestão seria a de que se verificasse a situação das nações constituídas fora da Europa – especialmente pelas primeiras levas de colonização de origem saxônica – em comparação à dos povos de origem latina – espanhóis e portugueses –, onde predominou a influência católica, notadamente no Novo Mundo.

No Brasil, a presença do escravismo, além das sequelas de ordem econômica, política e social, levou à consolidação das idéias greco-romanas do trabalho manual, visto e entendido como sofrimento e punição. E mais, reinaugurou o velho dualismo que separa trabalho manual de trabalho intelectual, o ato de fazer do ato de pensar, conceber, considerando o pensamento intuitivo, contemplativo e superior, antagônico ao discursivo, prático e material. Essa forma de conceber o trabalho – a despeito de vivermos numa sociedade capitalista, usufruindo de modernas tecnologias e de liberdade para pensar e agir – ainda carrega traços marcantes do

conceito de trabalho escravo. A linguagem popular atesta isso: *“Mostre-me quem inventou o trabalho e eu mato essa criatura”* ou *“O homem tem três chances na vida: nascer rico, casar com mulher rica ou ganhar na loteria”*, ou ainda, a pior de todas: *“Você é pobre porque você trabalha muito, não tem tempo para ganhar dinheiro”*. A associação da riqueza à esperteza, à sagacidade e da pobreza ao trabalho duro, sem sombra de dúvida, de todas as mazelas do modelo escravista de produção, foi a pior de todas.¹⁵

Esse jeito de ver e entender o trabalho manual não é tido somente como sinônimo de sofrimento, mas também de pobreza. Não se trata apenas de uma forma jocosa de ver o trabalho; essas frases revelam o que ele ainda representa para uma parcela expressiva da população. Observe-se, por outro lado, o fascínio que feriados prolongados, férias e aposentadorias precoces exercem sobre as pessoas. Funcionam, consciente ou inconscientemente, como meios de se livrar do trabalho, especialmente do trabalho formal. O povo latino, especialmente o brasileiro, é criativo e trabalhador; o trabalho em si não é nenhum obstáculo à vida. A questão é a relação estabelecida entre trabalhador e trabalho. O vínculo do indivíduo com o trabalho formal é demasiadamente pobre, superficial e, em princípio, desprovido de prazer.

A selvageria que marcou nossas relações de trabalho, no decurso dos três séculos e meio de escravismo e principalmente nos anos amargos que antecederam ao aparecimento e prática das leis trabalhistas (CLT), fez e ainda faz da relação homem-trabalho uma experiência, se não amarga, pelo menos desprovida de prazer. O homem de origem latina não tem pelo trabalho o mesmo apego, a mesma reverência que têm os povos de origem germânica e/ou saxônica, largamente influenciados pelas doutrinas protestantes.

Ao lado das heranças trágicas do escravismo estão também, e talvez com maior peso, as mazelas legadas pela intolerância política e religiosa imposta pelo modelo político colonialista português e pela Igreja Católica, que no Brasil se instalaram. No que tange às manifestações políticas, prevalecia a obediência cega aos ditames e desígnios da coroa portuguesa. Qualquer opinião diferente, mesmo que não fosse

¹⁵ A perpetuação das heranças do modelo escravista de produção, centradas na figura dos pobres, entre outros agravos, continua, em todas as nações que passaram por essa experiência, servindo de base para sustentação das práticas políticas de cunho populista.

propriamente contrária ao Rei, apenas por ser diferente, era vista com suspeição e poderia ser motivo de restrições, perseguições, deportação, degredo ou forca.

No terreno religioso, a situação não era diferente. A ideia imposta pela própria Igreja de que não havia salvação fora dela, acabou por legitimar sua tarefa de perseguição aos “infiéis”, isto é, aos não-católicos. Assim foi que a Igreja, em nome de Cristo, sentiu-se no direito e no dever de não permitir qualquer outra manifestação religiosa, mesmo cristã, que não fosse o cristianismo católico, apostólico e romano. Vale ressaltar que o protestantismo chega ao Brasil muito tardiamente, passagem do século XIX para o século XX. Até mesmo as manifestações de credence dos escravos e dos indígenas, que longe estavam de competir com o catolicismo, eram tratadas com desprezo e não raro, com intolerância. Ver nota final do texto.^(I)

A ausência de liberdade em todos os terrenos, a legitimação da denúncia anônima, da delação inescrupulosa, enfim, o medo permanente de perseguições, levou os habitantes da colônia, em sua grande maioria, principalmente os urbanos, a desenvolver uma maneira de ser e viver absolutamente dissimulada. Ver nota final do texto.^(II) O discurso duplo de um modo de ser público, diferente do ser privado, a mentira, a duplicidade de caráter, manifesta ora na subserviência, ora na esperteza, terminaram definindo um estilo de vida. A dupla face, resultante das restrições político-religiosas, certamente não poderia ser entendida como uma deformidade moral apenas; era antes uma forma inconsciente de sobrevivência. “*O medo transforma sábios em simplórios, torna injustos os justos, malvados em pios e ferozes os mansos*”.¹⁶ Nesse terreno, é comum o surgimento e a proliferação de meios de defesa fundados basicamente no fingimento, que, por sua extensão, introjetam-se de tal maneira que são fielmente reproduzidos pelos mecanismos de educação informal, transformando-se, no inconsciente coletivo, em valores – deformantes, é certo, porém valores. Essa deformidade é perfeitamente percebida em todos os ambientes e segmentos da vida social. No mundo político, é praticamente a regra; o contrário é que é duvidoso. Nas empresas, especialmente nas épocas de crises, ainda é muito forte o princípio: “*quem fala não escreve, quem escreve não assina e quem ousa escrever e assinar entrega cópia ao substituto*”.

¹⁶ **KUNZE, M.** A caminho da fogueira.

(fala popular). A verdade e a autenticidade, princípios que caracterizam a civilidade, são vistos e entendidos com ressalvas. O errado é que parece ser o certo.¹⁷

É nesse cenário que vamos nos deparar com a evolução dos conceitos e práticas do trabalho livre no Brasil, de maneira diferente do que ocorreu na Europa, onde o modelo escravista, com a derrocada do Império Romano, foi gradativamente substituído pelo sistema feudal. Os povos rotulados de bárbaros pelos romanos, em diversas frentes, militarmente vencedores, por não conhecerem o escravismo, nos moldes romanos, não o adotaram na sua integralidade.

Na Europa, do ponto de vista do trabalho, especificamente do trabalho manual, a transformação do escravismo em feudalismo mudou pouco a vida das pessoas envolvidas com o trabalho manual. Os escravos e os trabalhadores romanos, com o feudalismo, transformaram-se em servos de gleba, tão miseráveis quanto antes ou talvez pior. O único ganho foi o de não serem mais vendidos, individualmente, como uma mercadoria qualquer, ficando, porém, presos à propriedade, vinculados ao senhor, proprietário das terras – os feudos. Em contrapartida, o modelo escravista brasileiro desmoronou-se no final do século XIX, em consequência do avanço do capitalismo, praticamente de maneira abrupta, sem o amadurecimento das condições necessárias à vivência das regras do modelo capitalista de produção. Com a desvinculação total do ex-escravo de seus antigos donos, não apenas estes, mas também o Estado, acabaram lavando as mãos em relação ao seu destino. Aliás, destino incerto e doloroso, já que o negro não tinha experiência de outra vida que não fosse a de escravo, de sujeição. A ausência de liberdade é uma tragédia abominável, assim como o é a liberdade sem as condições mínimas necessárias à sua vivência. E foi precisamente isso o que ocorreu por aqui com os escravos recém-libertos: livres da senzala, do tronco, da chibata, da barganha como mercadoria; porém, prisioneiros do passado, da miséria e da exclusão social. A lei Áurea, como as demais iniciativas (Lei do Ventre livre e do Sexagenário) voltadas à abolição da escravidão no Brasil não foram acompanhadas de medidas jurídicas e menos ainda administrativas que pudessem amparar os ex-escravos na condição de

¹⁷ Exemplos típicos dessa situação podem ser percebidos nas posturas assumidas por uma parcela expressiva dos políticos, na gestão pública nos momentos de crise. Nos embates, os políticos carreiristas, número expressivo deles, não se posicionam, com firmeza, na defesa do País, mas na defesa sórdida de suas agremiações e principalmente de seus interesses individuais, comumente escusos.

cidadãos livres. A abolição como fora feita ao invés de gerar inclusão, nos primeiros momentos, gerou exclusão.

O modelo capitalista de produção, no tocante às relações de trabalho, fundamenta-se basicamente no trabalho livre, em que, de um lado, coloca-se o trabalhador como vendedor da força de trabalho; e de outro, o capitalista, na condição de comprador dessa força de trabalho, mediante regras definidas pelo Estado – Leis trabalhistas. No caso do Brasil, a experiência de trabalho livre, à época da abolição dos escravos, praticamente não existia. O dono do capital, o fazendeiro ou outros possuidores de escravos, não conheciam outra prática no trato com a força de trabalho que não fosse à exploração imoral, a sujeição e a chibata. Para ele, o trabalhador negro, independentemente da Lei Áurea, não passava de uma “peça”, como sempre fora conhecido e tratado por três séculos e meio de vigência do escravismo.

Por seu turno, o trabalhador cativo, nascido e criado no sistema escravista, analfabeto, não dispunha de qualquer habilidade para viver num sistema de compra e venda de trabalho. Ademais, a Lei Áurea não foi, de pronto, acompanhada de regulamentos que dispusessem sobre o trabalho livre, como mencionado acima. E, ainda que deles dispusesse, a sociedade da época não tinha a experiência necessária para lidar com os seus fundamentos.¹⁸

O capitalismo brasileiro, em matéria de relações de trabalho, nasceu disforme. Convém lembrar que, antes da Lei Áurea, as decisões mais importantes tomadas pelo Parlamento contra o sistema escravista foram as leis conhecidas como do “Ventre livre” e do “Sexagenário”. A primeira, proposta pelo gabinete conservador concedia liberdade ao filho do negro que nascesse a partir da data de sua promulgação; a segunda, também conhecida como Lei do Sexagenário, alforriava o negro que completasse sessenta anos de idade. Vistas superficialmente, isto é, como ensinadas nas escolas, pareciam medidas não só justas, mas, sobretudo, humanitárias e caridosas. O filho do negro ao nascer livrava-se da sina escrava, e o velho passava a ter o direito de viver seus últimos anos de vida livre da tutela de seu dono. Acontece que esmola em abundância até mesmo santo ganancioso desconfia. E tinha mesmo que desconfiar. A Lei do ventre livre, por exemplo, foi uma das piores

¹⁸ Quando a Lei Áurea entrou em vigência, 13 de maio de 1888, não havia regras definidas para compra e venda de trabalho, melhor dizendo, não havia nada do que conhecemos hoje nas relações de trabalho. Previdência Social, então, nem pensar. As Caixas de Pensões de Eloi Chaves, primeiro esboço de previdência social no Brasil, data da década de vinte do Século Vinte.

aberrações da história jurídica brasileira. Uma afronta à civilidade. Uma criança negra, filha de pais negros, oriunda da senzala, nascida no seio de uma sociedade escravocrata, sem proteção adequada por parte do Estado, era livre de quê e para quê? Evidentemente que o efeito imediato da referida lei foi transformar os filhos dos negros que, bem ou mal, tinham, na condição de escravos, o amparo de seus senhores, numa espécie de “ninguém”, sem lugar definido na sociedade.¹⁹

A lei do Sexagenário, da mesma maneira, ou pior, produziu desastre ainda maior, porque na prática, quem ficou livre mesmo foi o senhor de escravos, que passou, acobertado por uma pseudo-legalidade, a não mais ter que sustentar escravos improdutivos e depreciados comercialmente, pela idade. Aos sessenta anos, velho e desgastado, o negro estava alquebrado e decrépito; não prestava mais para o trabalho duro e menos ainda para ser comercializado. Havia perdido os dois atributos que o situavam no sistema escravista de produção – o de força de trabalho e o de mercadoria. Transformou-se num “ninguém” pior do que o primeiro ninguém gerado pela lei do Ventre Livre. Para seu dono, conveniente mesmo era livrar-se dele. E, em nome do espírito cristão, por decisão do Parlamento e com o apoio da própria Igreja, assim se fazia, de forma abençoada e legalizada. A despeito do pseudo-amparo conferido pela Lei do Sexagenário, o negro tornava-se *livre*, entregue à sua própria sorte, para se arrastar e morrer da porta da fazenda, da senzala, para fora, longe do olhar dos seus antigos donos, que não nutriam por ele qualquer sentimento de compaixão e muito menos de culpa pelo seu estado de miséria e abandono. Assim, ao “ninguém” surgido da lei do ventre livre somava-se outro “ninguém” engendrado pela Lei do Sexagenário. E a essa leva de “ninguém”, em idênticas condições, soma-se a grande massa dos atingidos pela Lei Áurea. A Lei Áurea, por diversos motivos, mas principalmente por não ter sido antecedida de preparo para sua plena vigência, difere pouco das Leis do Ventre Livre e do Sexagenário. Aliás, difere, para pior, em decorrência da quantidade de pessoas atingidas por ela e principalmente pelo tratamento conferido pelo Estado e pela sociedade branca aos “ex-escravos”, prontamente substituídos nas lavouras,

¹⁹ A lei do Ventre livre, na prática, terminou gerando outra forma de sujeição, não menos perversa do que os vínculos escravistas. A criança, atingida pela Lei do Ventre livre, sem família e desamparada pelo Estado, continuava morando na senzala e trabalhando para o seu antigo senhor. Como o valor do trabalho, definido pelo senhor de escravo, era sempre inferior ao valor da comida e da “hospedagem” na senzala, o beneficiário da Lei do Ventre livre, em decorrência das “dívidas” acumuladas, não deixou de ser servil ao senhor, mesmo na vigência da Lei Áurea. Os vínculos não eram mais definidos pelo estamento escravagista, mas por dívida impagáveis.

principalmente de café e de algodão, pela mão de obra branca, importada, a princípio da Europa, depois da Ásia. Essa experiência dolorosa de fazer do trabalhador escravo um cidadão – por meio de uma lei votada pelos brancos proprietários, sem ambiente favorável à construção e ao exercício da cidadania – além de ter sacrificado de maneira impiedosa os trabalhadores negros, nos anos subsequentes à Lei Áurea, produziu uma desigualdade tal nas relações de trabalho que, embora minimizada com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) a partir da década de quarenta do Século XX, ainda continua, em muitos aspectos, viva. Liberdade, em regime de absoluta desigualdade pode significar opressão. E foi precisamente o que ocorreu com os trabalhadores, ex-escravos. Livraram-se da escravidão, do tronco, da senzala, da chibata e do pior dos males, que consistia no desfazimento dos laços afetivos ocasionado pelo desmembramento dos grupos em decorrência das trocas e das vendas de seus membros, na condição de “peças”. Livraram-se de tudo isso, é bem verdade, mas não se livraram da lembrança cruel da vida vivida e de ter de aprender, a duras penas, por conta própria, o exercício da cidadania numa cultura eminentemente escravista, onde a marca indelével da condição de ex-escravo estava impressa na cor da pele, na raça. Ser preto, sobretudo na primeira geração pós Lei Áurea, era sinônimo de ser escravo desprovido de referência. Todas as gerações passadas haviam aprendido isso. Não seria uma lei, de imediato, desprovida de mecanismos de inclusão social, que iria fazer a sociedade sepultar, em curto espaço de tempo, os trezentos e cinquenta anos de escravismo e seus legados perversos. Somente a partir da segunda e principalmente da terceira geração, após a abolição, é que essa pecha começou a ser lentamente removida e os descendentes dos escravos, com enorme esforço, incorporados ao sistema de produção capitalista, com as sequelas que o tempo – mais de um século de trabalho livre – não conseguiu apagar em definitivo. Os negros continuam sofrendo os efeitos de uma sociedade segregacionista. Basta ver onde eles, na sua grande maioria, moram, trabalham e vivem. Uma parcela considerável deles habita em bairros pobres, favelas, mocambos, palafitas e cortiços, trabalhando na condição de biscateiros, ocupando os piores empregos, sobretudo as mulheres, e, como consequência, ganhando os menores salários. Isso sem falar da violência que os atinge numa relação de um para dois em relação aos brancos. Essa é a verdade, nua e crua, independentemente do que pensam os governantes, com seus programas de “Comunidades Solidárias”, “Bolsa Família”, “Cotas”, entre outros.

Esses programas, de cunho eminentemente populista/eleitoreiro, a despeito das boas intenções que os orientam, não promovem a inclusão necessária das pessoas neles envolvidas. Pelo contrário, provocam ranhuras indeléveis na sua dignidade.²⁰ O regime de “cotas”, a despeito de seus benefícios, significa distinção, não pelo mérito, mas pela cor da pele ou condição social. O que a população pobre, incluindo os negros, especialmente, carece é de oportunidades, de justiça e não de favores, que em certas circunstâncias se assemelham a esmolas, como é o caso da bolsa família.

Lamentavelmente, o mundo do trabalho, em decorrência das radicais transformações sofridas pelos sistemas produtivos e principalmente pelas crises sistêmicas recorrentes, como a vivida atualmente pelo Brasil, vem se transformando de forma imprevisível, trazendo desemprego e sofrimento, indistintamente, a quem do trabalho depende. Não importando a natureza, conjuntural e/ou estrutural, o desemprego, o subemprego e/ou a baixa remuneração nivelam a todos no terreno da miséria, na restrição à aquisição do capital intelectual – negros, brancos ou qualquer outra raça – mantendo-os nas fronteiras da exclusão social.

A despeito de toda a evolução tecnológica ocorrida nos dois últimos séculos, parece não ter o homem ainda encontrado formas humanas, harmoniosas e duradouras de vida, onde o preço a ser pago por quem depende fundamentalmente do trabalho para sobreviver não seja tão alto. A utilização de fontes alternativas de energia, como quedas d’água, vapor, carvão mineral, petróleo, eletricidade e energia nuclear, aliadas a novas tecnologias, parecia conduzir o homem de volta ao paraíso perdido. A substituição da força humana por máquinas cada vez mais sofisticadas e possantes parecia liberar o homem do trabalho penoso, insalubre, estafante e gerador de doenças, proporcionando-lhe tempo livre para se dedicar ao que melhor lhe aprouvesse, incluindo o ócio contemplativo. Infelizmente, não é bem isso o que está ocorrendo, embora alguns pensadores continuem alimentando essa crença.

A cada ciclo de utilização de fontes alternativas de energia, o trabalhador assistiu à criação de novas formas de trabalho e de vida. Mais gente parecia ser incorporada

²⁰ Conversamos com várias pessoas beneficiárias de “cotas” e a maioria delas sabe perfeitamente o que significa ser “cotista”. Esse sentimento é perfeitamente percebido no relato de um estudante universitário. “Entre na faculdade na condição de cotista. Sei o que isso represente em termos de benefício. Mas não era isso o que eu queria. O que eu queria mesmo era ter concorrido em igualdade de condições”. Essa mesma opinião foi ouvida de outros estudantes que ingressaram na Universidade mediante o artifício das chamadas cotas.

aos novos processos produtivos e de consumo do que excluía. Camponeses urbanizaram-se, artesãos viraram operários de fábricas, mercadores transformaram-se em banqueiros, que, por sua vez, metamorfosearam-se em capitães de indústrias e estes na nova geração de financistas virtuais. Tudo parecia seguir seu curso normal. Poderia até ser normal se não fosse a aparição das novas gerações da micro eletrônica, com seus infindáveis dispositivos – *chips, circuitos integrados, entre outros ingredientes do gênero* –, essas coisas minúsculas com o poder de transformar, em tão pequeno espaço de tempo, de maneira tão radical, o jeito de viver da espécie humana.

A revolução em curso não é mais ocasionada pela utilização de fontes alternativas de energia como ocorrera no passado, mas pela complexidade e velocidade com que trafegam as informações e o que delas decorrem; daí o papel da micro eletrônica. Do ponto de vista do trabalho, a diferença fundamental da atual revolução para as passadas é que, enquanto as revoluções passadas geravam mais empregos de baixa qualificação profissional, a revolução tecnológica do presente apresenta características diferentes, isto é, com exigência de qualificação cada vez mais complexa. Por essa e por outras razões que envolvem as novas tecnologias, e principalmente pelas frequentes crises do sistema econômico, os trabalhadores estão sempre às voltas com o fantasma do desemprego, com o trabalho informal e com a baixa remuneração. Evidentemente que as ocupações de baixa qualificação profissional vão continuar existindo, só que em quantidade, cada vez menor em relação à população que delas necessita.

A trajetória percorrida pelos trabalhadores parece não ter ainda encontrado seu destino final. Do mito de Adão e Eva e especialmente do *tripalium* romano ao trabalho, no conceito atual, foi um percurso longo, tortuoso e sofrido. A esperança da abolição definitiva – que parecia sinalizar com a evolução tecnológica – aponta para uma espécie de túnel escuro, onde a luz que se avista é o farol de uma locomotiva trafegando em sentido contrário: o desemprego, a sub-ocupação, a exclusão social e o que delas decorre. Triste sina a de quem, especialmente num país como o Brasil, para sobreviver, depende pura e exclusivamente da venda da força de trabalho, notadamente do trabalho com baixa qualificação.

A compreensão da formação do patronato brasileiro e da classe trabalhadora, ambos nascidos do regime escravista, constitui um capítulo à parte, de absoluta

relevância para quem deseja transitar pelas nossas relações de trabalho sem cometer os erros de julgamento que normalmente se cometem, sobretudo em momentos de crises, em relação a determinadas posturas assumidas principalmente pelos trabalhadores, quando os confrontos nas relações capital-trabalho se acirram por alguma razão.

É certo que muitas brechas foram abertas nos últimos anos em favor das discussões sobre as relações de trabalho em nosso meio; todavia, o debate e especialmente as posturas assumidas tanto pelos empregadores quanto pelos sindicatos que representam os trabalhadores, longe ainda estão de nos caracterizarem como povos verdadeiramente desenvolvidos nesse terreno. Os baixos salários, a concentração absurda de renda, o baixo poder de compra da classe operária, a corrupção endêmica e insultuosa, a imoralidade do populismo eleitoreiro, a inércia do poder público em modernizar as relações de trabalho mediante atualização das leis trabalhistas, bem como a expansão da informalidade do trabalho são sinais inequívocos dos paradoxos existentes entre o que se imagina necessário para um país que se situa entre as dez maiores economias do mundo e o que verdadeiramente ainda está presente em nosso meio no que tange às relações de trabalho.

Referência

BATÁGLIA, Felice. *Filosofia do trabalho*. Edições Saraiva, SP, 1958, 338 p.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. 4ª Ed., Ed. Civilização Brasileira, 215 p.

MOOG, Vianna. *Bandeirantes e pioneiros*. Civilização Brasileira, 17ª Ed., RJ, 1989, 319 p.

RIBEIRO, Darci. *O povo brasileiro*. Ed. Cia. das Letras, SP, 1995, 470 p.

^I Pior do que a intolerância religiosa por parte da Igreja Católica foi sua ingerência na vida civil desde os tempos mais remotos da Idade Média, controlando tudo e a todos. Não se podia tornar público qualquer invento ou mesmo ideias que não fossem antes submetidas à apreciação e aprovação da Igreja por meio do Santo Ofício de Deus – a Inquisição. Tudo aquilo que contrariasse, de qualquer maneira, os fundamentos, dogmas, interesses econômicos e, sobretudo, políticos da Igreja, era criteriosamente censurado e proibido. E mais: seus inventores e, em se tratando de ideias, seus mentores, poderiam ser acusados de algum crime, normalmente de heresia, além de perseguidos. Dependendo do teor da denúncia e da importância dos acusados, sem piedade alguma, eram encarcerados e trucidados na tortura. Antes de morrer, se não demonstrassem arrependimento, eram queimados vivos nos famigerados autos-de-fé. Se demonstrassem arrependimento, a pena era comutada por outra forma de execução, via de regra, por garrote vil ou enforcamento e, em seguida, queimados. A História é farta dessas passagens, sendo Galileu Galilei e Giordano Bruno, das milhares de vítimas dessa triste aberração, duas das mais proeminentes figuras. O primeiro, um expoente cientista do seu tempo, que, para não perecer na fogueira, teve que se retratar publicamente, devolvendo à Inquisição, de forma humilhante, a razão de que ela jamais possuiu; o segundo, de personalidade diferente, sucumbiu-se na fogueira depois de sofrer os efeitos deletérios das masmorras fétidas e das torturas físicas. Ainda com relação a Giordano Bruno, as crônicas da época relatam ter sido ele uma das poucas vítimas conhecidas na história da Inquisição que precisou ser carregado até o poste da fogueira, onde foi queimado vivo, por não poder se locomover em decorrência do que sofrera nas seções de tortura. Anda segundo as mesmas crônicas, Giordano Bruno foi impedido de falar, no momento da execução, por ter a boca tapada por uma cunha de madeira. Em função da importância do acusado, o que era levado à fogueira, via de regra, era apenas o corpo quebrado em que ainda pulsavam os últimos lampejos de vida, pois que a vida propriamente dita já havia sido consumida na tortura nos longos períodos de inquirição. A Inquisição somente apressava a morte de suas vítimas quando os seus suplícios incomodassem algum segmento detentor de poder que com ela rivalizasse; isso mesmo nos últimos tempos de sua atuação.

O obscurantismo da Idade Média não se deveu ao esfacelamento da cultura clássica e à fragmentação do poder decorrentes do declínio e queda do Império Romano, nem com a simplória vida campesina que se seguiu e menos ainda pela falta de inteligência, criatividade, bondade ou crueldade do homem medieval. O homem medieval não era mais nem menos inteligente que o homem de outras épocas, anteriores ou posteriores a ele. Até então, o único argumento sustentável que justifica o surgimento e a manutenção, por mais de mil anos, das trevas que marcaram o período conhecido como era medieval foi o papel tenebroso desempenhado pela Igreja Católica, de guardião da sociedade, a tudo vendo, censurando, controlando e proibindo, salvo aquilo que lhe trouxesse algum ganho – político ou monetário. Se o controle em si imposto pela Inquisição, numa visão superficial, aos olhos de hoje parece imoral, quando percebido em profundidade, torna-se muito mais tenebroso: todos os procedimentos da Inquisição, incluindo sua infra-estrutura, não eram bancados pela Igreja nem pelo Estado, mas pelas suas próprias vítimas. No controle da sociedade, tudo de que o Santo Ofício se ocupasse, independentemente das perseguições religiosas, tinha um preço, definido por meio de taxas previamente fixadas, pagas, ainda que o recorrente não fosse favorecido, como era o caso da censura prévia, ou por meio do sequestro de bens quando as vítimas fossem denunciadas e qualificadas como hereges. Até mesmo as custas relativas à prisão eram bancadas pela vítima, caso dispusesse de algum bem.

É impossível imaginar qualquer desenvolvimento técnico-científico num ambiente onde clérigos, por mais qualificados que fossem, impusessem a quem quer que pensasse ou se dedicasse à pesquisa o que deveria ou não ser aceito (imposto) como verdade. Se não se tinha medo de Deus para pensar e criar, era necessário que o tivesse do Santo Ofício, que, em nome de Deus, julgava-se no direito e no dever de, em Seu nome e para a Sua glória, perseguir, prender, torturar e matar com todos os requintes de crueldade, como fizera, por exemplo, entre outros, Tomás de Torquemada, na Espanha. E o mais estranho de tudo isso é que não se tem notícia da santificação de nenhum mártir, vítima da Inquisição – ainda que trucidado na tortura e queimado vivo na firme defesa da fé cristã, morto simplesmente por se opor aos descaminhos de alguns segmentos da Igreja. A Inquisição perseguiu, da mesma

maneira que fizera com os judeus, também os muçulmanos e posteriormente os protestantes seguidores de Lutero e de Calvino.

Em boa hora o Papa João Paulo II, mui sabiamente e com admiração, respeito e apoio de todos os cristãos católicos de boa fé, rogou ao mundo perdão pelos pecados, melhor dizendo, pelos horrores cometidos por alguns homens que agiam em nome da Igreja ou que a dirigiram no passado. Referimo-nos a alguns homens porque a Igreja não era na sua totalidade inquisitorial, embora essa ala da Igreja, no tocante à Inquisição, tivesse, em algumas regiões da Europa e mesmo na América Espanhola, mais poder do que o seu dirigente máximo – o Papa. E que Deus na Sua infinita misericórdia ouça, para o bem de todos, as súplicas não apenas de Sua Santidade, João Paulo II, mas de todos os cristãos de boa vontade em prol das vítimas dessa triste e lamentável catástrofe, que tanto insultou e ultrajou a inteligência humana, especialmente dos cristãos que não compactuavam com a sede de poder de algumas alas da Igreja representada pelos inquisidores, com destaque especial para Tomás de Torquemada (1420–1498) e seus seguidores.

- II Quanto às denúncias anônimas, veja o que diz o professor José Gonçalves Salvador em “*Cristãos-Novos Jesuítas e Inquisição*” (p. 117): “Em 1662 efetuou-se nova delação, por um religioso chamado fr. João da Graça. Tal coisa não nos deve surpreender, pois até leigos a faziam e mesmo parentes. Ninguém podia confiar em ninguém. O filho denunciava ao pai, e o pai ao filho, um irmão a outro irmão. O inimigo estava sempre ao redor, sem se dar a conhecer. Cada qual precisava cuidar bem com quem andava, pensar muito antes de falar, saber de antemão se podia ler isso ou aquilo”. Na mesma obra, estão relatados inúmeros casos de prisões, torturas e deportações para o Reino, sobretudo de cristãos novos, por “crimes” diversos, entre eles, bigamia. O zelo da Igreja Católica estava na preservação de sua unicidade, sem dúvida, mas também e principalmente na ampliação do seu poder econômico. Tanto é verdade que os bens dos acusados, não importando como tenham sido adquiridos, eram imediatamente sequestrados pela Inquisição e divididos com a Coroa. Em relação aos judeus vale lembrar o ocorrido na Europa no decurso da Segunda Grande Guerra.

A Igreja ditava suas *regras*. A Coroa, ao executá-las, disseminava o terror e o medo, e os cidadãos, amofinados, para sobreviver, desenvolveram a arte da dissimulação, da enganação, do subterfúgio e principalmente da esperteza. Essa deformidade, profundamente arraigada na nossa cultura sem dúvida alguma, constitui-se num dos principais obstáculos à nossa maioria como povo civilizado. Assim, o que se constituía num determinado momento em arma de defesa contra o controle imposto pela Igreja e pelo Estado, com o passar do tempo, transformou-se num estilo de vida. E assim é que, lamentavelmente, muita gente, gente de todas as classes sociais, embora peremptoriamente negue, vangloria-se de enganar a outrem, ora nas relações de negócio, ora até mesmo nas relações afetivas. As raízes do chamado “*jeitinho brasileiro*” estão profundamente assentadas nesses acontecimentos, tristes, lamentáveis, porém verdadeiros. Outra manifestação dessa herança traduz-se na sutileza do mineiro, expressa na desconfiança. Mineiro, além de desconfiado, é matreiro. Vale lembrar que Minas, no decurso do ciclo do ouro e do diamante, foi o centro nevrálgico da vida econômica do Brasil Colônia.